



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO E OS CICLOS POLÍTICOS NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL(2006 – 2010 – 2014)
BUDGET EXECUTION OF THE SPENDING BY GOVERNMENT FUNCTIONS AND THE POLITICAL CYCLES IN THE BRAZILIAN FEDERAL STATES AND IN THE FEDERAL DISTRICT (2006-2010-2014)

Magna Emanuela Cavalcante Rodrigues

Graduada em Ciências Contábeis
E-mail: emanulae13@gmail.com

Maurício Corrêa da Silva

Doutor em Ciências Contábeis
E-mail: prof.mauriciocsilva@gmail.com

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é avaliar o comportamento dos gastos estaduais e distrital na execução orçamentária da despesa por funções de governos com base na hipótese oportunista por ocasião dos anos das eleições de 2006, 2010 e 2014 (antes, durante e após as eleições). O estudo utiliza a estratégia de investigação da pesquisa avaliativa de resultados com o método empírico-analítico (banco de dados). Os resultados revelaram que durante o ano das eleições de 2006, os gastos com as funções de governo: segurança pública; agricultura; comércio e serviços e transporte apresentaram maior representatividade no ano eleitoral em comparação ao ano anterior (2005) e posterior (2007) as eleições. No ano das eleições de 2010, foram as funções judiciária, essencial à justiça, assistência social e habitação e no ano das eleições de 2014, foram as funções judiciária, essencial à justiça, administração, segurança pública e comunicação. A pesquisa contribui para o esclarecimento à sociedade acerca da utilização dos recursos públicos por ocasião dos anos das eleições (antes, durante e depois). Tal como, auxilia no processo de avaliação e possibilita maior participação dos cidadãos no monitoramento, controle e fiscalização social das atividades dos gestores governamentais dos estados e distrito federal.

Palavras-chave: Ciclos Políticos; Despesas por funções; Estados e o Distrito Federal.

ABSTRACT

This research aims to evaluate the behavior of state and district expenditures in the budget execution of the spending by government functions based on the opportunistic hypothesis during the election years of 2006, 2010 and 2014 (before, during and after the elections). The study uses the research strategy of evaluative outcomes research with the empirical-analytical method (database). The results showed that during the election year of 2006, the spending on the following government functions: public security; agriculture; trade and services and transportation were more significant in the electoral year in comparison with the year preceding (2005) and the year following (2007) the elections. In the election year of 2010, the

spending was more significant on the following government functions: the judiciary function, essential to the justice, social assistance and housing, and in the election year of 2014, the judiciary function, essential to the justice, administration, public security and communication. The research contributes to the clarification to society about the use of public resources during the election years (before, during and after). It thus assists in the evaluation process and enables greater participation of the citizens in the monitoring, control and social oversight of the activities of state and federal district government managers.

Keywords: Political Cycles; Expenditures by functions; Brazilian Federal States and the Federal District.

1 INTRODUÇÃO

As atribuições econômicas clássicas do Estado, denominadas como funções fiscais, são classificadas em três: assegurar ajustamentos na alocação de recursos (alocativa), promover ajustamentos na distribuição de renda (função distributiva) e garantir a estabilidade econômica (função estabilizadora). Tais funções também são consideradas como as próprias funções de orçamento, ou seja, representam o principal instrumento de ação estatal na economia (MUSGRAVE, 1959).

O Estado para cumprir com suas atividades governamentais necessita de recursos financeiros, denominados de receita pública. Em sentido amplo, receitas públicas são ingressos de recursos financeiros aos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros ao erário (BRASIL, 2016).

Tais recursos provenientes de impostos, taxas e demais contribuições são destinados à execução dos gastos públicos de governo. Nestes termos, a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (BRASIL, 1999) estabelece que a agregação das diversas despesas públicas é sintetizada em funções de governo, tais como: saúde, segurança, habitação, educação, saneamento etc.

Neste prisma, torna-se necessário realizar as avaliações das funções de governo. Para Martins (2002), os gestores públicos estão sujeitos a avaliações eleitorais periódicas. Segundo Correia e Zemann (2015), os estudos sobre o comportamento dos responsáveis pela política econômica em relação ao calendário eleitoral, começaram a ser desenvolvidos a partir do trabalho publicado por Downs nos anos 50 do século passado.

A Teoria dos Ciclos Políticos é utilizada nas avaliações por ocasião das eleições. Entre expectativas racionais e expectativas adaptativas, os ciclos políticos fundamentam-se em modelos oportunistas e modelos partidaristas (ALESINA, 1987; ROGOFF; SIBERT, 1988; ROGOFF, 1990; MARTINS, 2002; ARAÚJO, 2010; GIONEDIS; GUIMARAES, 2016).

Sob a perspectiva do modelo racional oportunista, Rogoff e Sibert (1988) afirmam a existência de assimetria informacional entre eleitores e governos. Os autores acreditam que os governos oportunistas se utilizam desta vantagem informacional com a finalidade de adicionar uma enorme repercussão das suas competências às vésperas das eleições.

Segundo Rogoff (1990), a manipulação oportunista dos governantes dá-se em modificações das variáveis fiscais, em que em períodos eleitorais ocorre uma redução das

cargas tributárias, aumento das transferências e uma relocação dos gastos direcionados a ações com maior visibilidade eleitoral.

Do acima exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o comportamento dos gastos estaduais e distrital na execução orçamentária da despesa por funções de governos com base na hipótese oportunista por ocasião dos anos das eleições de 2006, 2010 e 2014? Assim, o objetivo desta pesquisa é avaliar o comportamento dos gastos estaduais e distrital na execução orçamentária da despesa por funções de governos com base na hipótese oportunista por ocasião dos anos das eleições de 2006, 2010 e 2014 (antes, durante e após as eleições).

A pesquisa justifica-se pela importância que é assegurada como direito da participação contínua da sociedade na gestão pública para permitir que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

Uma vez que o governo possui mais conhecimento e informações privilegiadas em relação aos recursos da execução orçamentária da despesa por funções de governo, observa-se que existe uma assimetria informacional entre governo e cidadãos. Desse modo, este estudo contribui para a ampliação do conhecimento da sociedade sobre a utilização dos recursos públicos por ocasião das eleições, além de auxiliá-lo no processo de avaliação para possibilitar maior participação dos cidadãos no monitoramento, controle e fiscalização das atividades dos gestores governamentais dos estados e distrito federal.

Para atingir o objetivo proposto, esta investigação está amparada pela Teoria dos Ciclos Políticos. O artigo está dividido em cinco seções. Após esta introdução, a seção dois traz a revisão da literatura. A seção seguinte os procedimentos metodológicos. A quarta seção mostra os resultados da pesquisa e análises. A quinta seção trata das considerações finais.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Teoria dos Ciclos Políticos

Os primeiros contributos à Teoria dos Ciclos Políticos foram realizados pelos autores economistas Kalecki em 1943, Akerman em 1947 e Downs em 1957 em suas pesquisas “*Political aspects of full employment*”, “*Political economic cycles*” e “*An Economic Theory of Democracy*”, respectivamente (MARTINS, 2002; CARVALHO; OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Martins (2002), pode-se identificar quatro grandes grupos de modelos no campo dos ciclos políticos. Entre expectativas racionais e expectativas adaptativas, os ciclos políticos fundamentam-se em modelos oportunistas (motivo pelo qual os governos são conhecidos como maximizadores de votos) e os modelos partidaristas (onde o governo surge como maximizador das suas preferências ideológicas). Assim, pelo lado dos eleitores existem as hipóteses irracionais (tradicional) e racionais e pelos partidos, as teorias oportunista, oportunista racional, partidária e partidária racional.

Observa-se com a publicação do trabalho de Nordhaus (1975), o surgimento da existência formalizada de ciclos políticos de caráter oportunista. Em seu modelo irracional, Nordhaus (1975) analisa a trajetória das variáveis macroeconômicas e o comportamento dos ciclos eleitorais. Neste modelo, o autor afirma que os agentes políticos em período pré-eleitoral tendem a explorar o *trade-off* da curva de Phillips entre as variáveis de controle: taxas de inflação e desemprego. O autor também atesta a existência de comportamento

oportunista por parte dos agentes políticos, visto que o principal objetivo é a elevação de votos visando à permanência no poder ao longo de cada período de governo.

O trabalho de Hibbs (1977) incorpora o componente de ideologia partidária. O autor considera que os partidos querem ser eleitos para dar continuidade as suas ideologias políticas, onde as decisões partidárias buscam beneficiar os interesses dos seus apoiadores. Enfatiza que os grupos políticos têm uma influência considerável nos resultados macroeconômicos e por meio da manipulação de instrumentos de política monetária e fiscal influenciam a taxa de desemprego e inflação.

As decisões partidárias no que tange aos objetivos de política econômica indicam que os governos progressistas ou socialistas, formados pela classe trabalhadora, são mais avessos ao desemprego e menos à taxa de inflação, por outro lado, os governos conservadores orientados para os negócios de classe média alta, atribuem maior prioridade a estabilidade de preços à diminuição do desemprego (HIBBS, 1977).

Para Alesina (1987), no seu modelo ideológico os partidos se preocupam com os efeitos peculiares de suas políticas, onde os partidos possuem diferentes objetivos e incentivos.

Para aumentar as chances de reeleição, Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) enfatizam que os governantes, as vésperas das eleições, adotam diversas medidas de incentivos com a intenção de sinalizar e demonstrar aos eleitores o elevado nível de competência de sua administração. Neste modelo, os autores evidenciam os ciclos políticos orçamentários, nos quais os instrumentos de política fiscal são utilizados pelos governantes para sinalizar tal competência.

Sobre os estudos acerca dos ciclos políticos econômicos, Preussler e Portugal (2002) afirmam que na literatura há dois principais grupos de estudos empíricos. O primeiro grupo concentra-se nas variáveis macroeconômicas tais quais: taxa de inflação, desemprego e crescimento do produto. Já o segundo grupo focaliza na manipulação de instrumentos de política econômica em período pré-eleitoral, tais como: taxa de câmbio, emissão monetária, arrecadação de impostos, transferências governamentais e gastos governamentais.

Para Carvalho e Oliveira (2009), as Teorias dos Ciclos Políticos focalizam em decisões econômicas e políticas, tomadas pelos governantes com o propósito de alcançar à sua permanência no poder, adotando os instrumentos de política econômica e fiscal com fins de promoção pessoal ou partidária. Sakurai e Gremaud (2007) consideram que os fatores relevantes à existência dos ciclos políticos estão apoiados na presença de alguma forma de incentivo, sejam eles oportunistas ou partidários.

Depreende-se com base na Teoria dos Ciclos Políticos que os eleitores desejam maximizar seus votos e os partidos políticos desejam continuar no poder. Neste caso, os governos por ocasião dos anos eleitorais aumentam os recursos em determinadas ações com vistas a serem reeleitos (hipótese oportunista).

2.2 Estudos Anteriores

São encontrados diversos estudos sobre a relação de gastos públicos e os ciclos políticos, tanto na área municipal quanto estadual. A seguir alguns estudos.

Bittencourt (2002) avaliou a existência de ciclos políticos a partir da execução orçamentária dos governos dos Estados brasileiros no período de 1983 a 2000 (pós-

redemocratização). Para tanto, o autor utilizou um modelo de painel dinâmico que permitiu a análise das variáveis orçamentárias: receitas (correntes, tributária, capital); despesas correntes (pessoal e encargos), despesas de capital (investimentos e encargos); e despesas por função (agricultura, assistência social, previdência social, segurança pública, comunicações, educação, cultura, energia, habitação, urbanismo, indústria, comércio e serviços etc.).

Os resultados da pesquisa de Bittencourt (2002) indicaram que o nível das despesas correntes em ano eleitoral é excessivamente alto, sendo imediatamente reduzido no ano pós-eleitoral. Já as despesas de capital (investimentos e inversões), apresentaram um nível de gastos maior em período pré-eleitoral, sendo reduzidos significativamente nos anos pós-eleitorais.

No tocante as despesas por função, os resultados apresentaram indícios de maior manipulação em períodos eleitorais nas funções: agricultura, indústria, comércio e serviços; transportes; habitação; urbanismo; e educação e cultura. Dentre as funções analisadas, as despesas com indústria, comércio e serviços se destacaram por apresentar um nível de gasto superior no primeiro ano de mandato do que no ano eleitoral (BITTENCOURT, 2002).

Ao analisarem os municípios portugueses no período de 1979 a 2000, Veiga e Veiga (2007) também confirmaram a elevação das despesas de investimentos em períodos pré-eleitorais. Os resultados empíricos revelaram que os governos locais para sinalizar maior competência aos eleitores e aumentar a probabilidade de reeleição, tendem a aumentar as despesas com investimentos (construção de rodovias, viadutos, ruas, estradas rurais, tratamento e distribuição de água).

Tais evidências em períodos eleitorais validam a hipótese de manipulação oportunista, onde os políticos direcionam os recursos públicos aos gastos orçamentários com maior visibilidade eleitoral.

Vergne (2009) encontrou evidências de impactos eleitorais sobre a alocação de gastos públicos ao analisar dados de 42 países em desenvolvimento no período de 1975 e 2001. Os resultados da pesquisa apontaram que, em anos eleitorais, os gastos públicos se deslocam para as despesas correntes mais visíveis, em particular salários e subsídios, causando desvantagem as despesas de capital. Ademais, os resultados sugerem que impactos eleitorais sobre a alocação dos gastos públicos são propensos a durar, mesmo com países ganhando experiência em política eleitoral. Vergne (2009) interpretou as despesas de capital como um indicativo de alcance de interesses especiais em período eleitoral, enquanto as despesas correntes são mais propensas a favorecimento imediato à massa de eleitores.

Sakurai (2009) analisou os ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros, entre os anos de 1990 e 2005. Os resultados evidenciaram que houve ciclo eleitoral em algumas funções, como saúde e saneamento, habitação e urbanismo, assistência e previdência e transportes. Especificamente para as duas primeiras funções, foi possível inferir que tais manipulações, elevadoras das suas respectivas despesas, podem ser canalizadas de forma relativamente mais imediata à população, uma vez que estas são, normalmente, foco de forte apelo político junto aos eleitores.

Sakurai (2009) observou também, que os partidos de esquerda e de direita realizam maiores empenhos de recursos nas funções saúde e saneamento, mas, por outro lado, realizam menores despesas nas funções habitação e urbanismo e educação e cultura. Essas constatações permitem observar que o fenômeno do ciclo partidário é existente, mas de forma relativa e específica a algumas funções orçamentárias.

Nakaguma e Bender (2010) identificaram a presença de ciclos políticos bem definidos, caracterizados por fortes elevações das variáveis durante os anos eleitorais e quedas acentuadas durante os anos pós-eleitorais. Ademais, constataram que a magnitude dos ciclos eleitorais tem diminuído rapidamente ao longo do tempo. Os autores evidenciaram que os eleitores respondem positivamente aos ciclos oportunistas nas variáveis fiscais e concluíram que o eleitorado recompensa a parcela oportunista dos ciclos, tanto nas receitas quanto nas despesas, embora este efeito tenha diminuído ao longo das eleições.

Utilizando o método econométrico de dados em painel dinâmico, Araújo (2010) analisou a influência do calendário eleitoral e da ideologia partidária no comportamento dos gastos públicos realizados em custeio, capital, saúde e educação dos 27 estados brasileiros no período de 1995 a 2008.

Os resultados da pesquisa de Araújo (2010) demonstraram que os gastos executados por governos de ideologias partidárias diferentes apresentaram comportamentos diferentes, partidos de esquerda promoveram uma maior expansão dos gastos públicos. O autor concluiu que o calendário eleitoral gera um comportamento cíclico no gasto público e que governos de ideologias distintas escolhem diferentes níveis de alocação de recursos, em que governos de esquerda aumentaram o gasto e governos de direita reduziram os mesmos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa, do método e da base de dados

Este estudo utiliza a estratégia de investigação da pesquisa avaliativa de resultados. De acordo com Martins e Theóphilo (2009), essa estratégia é utilizada para avaliar a eficiência de programas, projetos, políticas e tem como propósito determinar a efetividade de intervenções e ações humanas (programas, políticas etc.).

O método de pesquisa utilizado é o empírico-analítico (arquivo/empirista - banco de dados) que corresponde à utilização de técnica de coleta, tratamento e análise de dados com métricas quantitativas. Matias-Pereira (2012) esclarece que no método empírico-analítico o processo de validação da prova científica é efetuado por intermédio de testes de instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

A população da pesquisa é constituída dos 26 Estados Brasileiros e do Distrito Federal (não há amostra). Os dados da execução orçamentária da despesa por funções de governo dos anos de 2005, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014 e 2015 foram extraídos do sítio eletrônico da Secretária do Tesouro Nacional – STN (BRASIL, 2017).

As variações escolhidas para avaliar a execução orçamentária da despesa por ocasião dos anos das eleições (antes, durante e após) foram as funções de governo exercidas pelos Governos Estaduais e Distrital conforme consta no Quadro 1.

Quadro 1 – Funções de Governo exercidas pelos Governos Estaduais e Distrital (26 funções)

Legislativa (LEG) [1]	Habitação (HAB) [16]
Judiciária (JUD) [2]	Saneamento (SAN) [17]
Essencial à Justiça (ESS) [3]	Gestão Ambiental (GES) [18]
Administração (ADM) [4]	Ciência e Tecnologia (CIE) [19]
Segurança Pública (SEG) [6]	Agricultura (AGR) [20]
Assistência Social (ASS) [8]	Organização Agrária (ORG) [21]
Previdência Social (PRE) [9]	Indústria (IND) [22]
Saúde (SAD) [10]	Comércio e Serviços (COS) [23]
Trabalho (TRA) [11]	Comunicações (COM) [24]
Educação (EDU) [12]	Energia (ENE) [25]
Cultura (CUL) [13]	Transporte (TRN) [26]
Direitos da Cidadania (DIR) [14]	Desporto e Lazer (DES) [27]
Urbanismo (URB) [15]	Encargos Especiais (ENC) [28]
Funções excluídas da gestão dos Governos Estaduais e Distrital (2 funções)	
Valores atípicos	Defesa Nacional (DEF) [5]
	Relações Exteriores (REL) [7]
Legenda: [n] = sequência da função na Portaria nº 42/1999 – MPOG.	

Fonte: elaborada a partir das informações contidas na Portaria nº 42/1999 – MPOG (BRASIL, 1999).

Observa-se no Quadro 1, que as funções Defesa Nacional e Relações Exteriores foram excluídas por estarem relacionadas com as ações do Governo Federal.

3.2 Técnica de análise e interpretação dos dados

A técnica utilizada na análise e interpretação dos dados escolhida foi a Análise de Componentes Principais (ACP). De acordo com Silva, Silva e Borges (2015), as variáveis observadas são decompostas em seus autovalores (variâncias) e autovetores (coeficientes padronizados) em equações de combinações lineares pela técnica da Análise de Componentes Principais (ACP). Todas as variáveis observadas são padronizadas e incluídas nas equações dos escores de desempenho dos componentes principais. A padronização das variáveis é realizada pelo valor da variável menos a média do grupo das variáveis avaliadas divididas pelo desvio-padrão.

Os componentes principais são definidos enquanto combinações lineares não correlacionadas das variáveis observadas originais (RIBAS; VIEIRA, 2011). O componente principal 1 tem a maior variância. A variância total é representada pela quantidade de variáveis originais.

Timm (2002) argumenta que os componentes principais são usados para descobrir e interpretar as dependências que existem entre as variáveis e para examinar as relações que possam existir entre os indivíduos.

Para utilizar a Análise de Componentes Principais (ACP) devem ser observados os pressupostos: deve haver correlação entre as variáveis; o determinante da matriz de correlação deve ser maior que 0,00001, o teste de esfericidade de Bartlett com o qui-quadrado calculado deve ser maior que o valor crítico da tabela de distribuição e a matriz de correlação não poder identidade e nem diagonal, com teste de significância inferior a 0,05 (existe correlação e não são independentes) (TIMM, 2002; MINGOTI, 2005; FIELD, 2009; RIBAS, VIEIRA, 2011; SILVA, SILVA, BORGES, 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando que o componente 1 apresenta a maior representatividade nos coeficientes (autovetores), a Tabela 1 apresenta os autovetores calculados com a técnica da Análise de Componentes Principais (ACP) para determinar o comportamento dos gastos dos governos estaduais e distrital por ocasião dos anos das eleições de 2006, 2010 e 2014 (antes, durante e depois). Quanto aos pressupostos para utilizar a Análise de Componentes Principais (ACP), convém registrar que os resultados atenderam as instruções recomendadas pela literatura (TIMM, 2002; MINGOTI, 2005; FIELD, 2009; RIBAS, VIEIRA, 2011; SILVA, SILVA, BORGES, 2015).

Tabela 1 – Autovetores (coeficientes/pesos das variáveis) do componente 1

	2005	2006	2007	2009	2010	2011	2013	2014	2015
LEG	0,2893	0,2782	0,2737	0,2906	0,2874	0,2977	0,2946	0,2722	0,2284
JUD	0,0931	0,0893	0,0529	0,1369	0,1389	0,1170	-0,0374	0,0181	-0,0788
ESS	-0,0138	0,0721	0,1356	0,0946	0,1340	0,1311	0,1891	0,1941	0,1788
ADM	0,3192	0,2387	0,2613	0,2214	0,2150	0,1852	0,2044	0,2583	0,1707
SEG	0,1087	0,1502	0,1385	0,1699	0,1603	0,1484	0,1418	0,1548	0,0637
ASS	0,2735	0,2590	0,2751	0,2543	0,2941	0,2763	0,2607	0,2381	0,2289
PRE	-0,0880	-0,0942	-0,1053	-0,0828	-0,0856	-0,0678	-0,0816	-0,0451	0,1551
SAD	0,3401	0,3149	0,3030	0,3220	0,3209	0,3110	0,3183	0,3333	0,3390
TRA	0,2279	0,2194	0,1780	0,1799	0,2009	0,2095	0,2712	0,2225	0,1825
EDU	0,3135	0,3148	0,2987	0,3048	0,3026	0,2933	0,3088	0,3231	0,3363
CUL	0,2461	0,2250	0,2462	0,2711	0,2326	0,2090	0,1953	0,2461	0,3028
DIR	0,1126	0,0893	0,1266	0,1255	0,0821	0,1373	0,2293	0,1931	0,1948
URB	0,2196	0,1872	0,1890	0,2046	0,2232	0,1987	0,2251	0,2778	0,3212
HAB	0,1316	0,0808	0,1919	0,1583	0,1741	0,1541	0,1242	0,2045	0,1090
SAN	0,0066	0,0614	0,0760	0,1759	0,2392	0,2393	0,2295	0,1703	0,1178
GES	0,1322	0,1282	0,1685	0,1432	0,1082	0,1843	0,0995	0,2178	0,2187
CIE	0,0717	0,1267	0,2106	0,1463	0,0922	0,0401	0,0922	0,1191	0,1206
AGR	0,2157	0,2344	0,2187	0,2375	0,2518	0,2686	0,2498	0,2139	0,1687
ORG	0,0578	0,1416	0,1602	0,1767	0,1784	0,2213	0,0610	0,0387	0,0627
IND	-0,0738	-0,0613	-0,0407	0,0136	0,0378	0,0198	0,1116	0,0556	-0,0105
COS	0,1074	0,2230	0,1610	0,1730	0,0614	-0,0349	0,1632	0,1382	0,2228
COM	0,1288	0,1229	0,1076	0,1180	0,0728	0,0932	0,0866	0,1214	0,0654
ENE	0,2479	0,2251	0,2246	0,1652	0,2231	0,2261	0,2266	0,1529	0,1628
TRN	0,2330	0,3009	0,2687	0,2668	0,2536	0,3041	0,2658	0,2326	0,2639
DES	0,2854	0,2924	0,2277	0,2232	0,2029	0,1474	0,0192	0,0423	0,1755
ENC	-0,0578	-0,0292	-0,0466	-0,0225	0,0047	0,0355	0,0796	0,0504	0,0659

Fonte: dados pesquisa.

Observa-se na Tabela 1, que durante o ano das eleições de 2006, os gastos com as funções de governo: segurança pública (SEG); agricultura (AGR); comércio e serviços (COS) e transporte (TRN) apresentaram maior representatividade no ano eleitoral em comparação ao ano anterior (2005) e posterior (2007) as eleições.

As funções judiciárias (JUD), essencial à justiça (ESS), habitação (HAB) e assistência social (ASS) apresentaram maior representatividade no ano das eleições de 2010 e gastos inferiores nos anos de 2009 (pré-eleitoral) e 2011 (pós-eleitoral). Dentre as funções, habitação (HAB) (coeficientes iguais a 0,1741) e assistência social (ASS) (coeficientes iguais a 0,2941) se destacaram pela maior representatividade no período de 2010.

A elevação dos gastos com a função assistência social (ASS) e habitação (HAB) em anos eleitorais, sugere postura oportunista dos gestores públicos na alocação de recursos para resultados imediatos, visto que são facilmente reconhecidos pelos cidadãos. Estes achados têm explicações na hipótese oportunista da Teoria dos Ciclos Políticos (ROGOFF; SIBERT, 1988).

No ano das eleições de 2014, além das funções judiciária (JUD), essencial à justiça (ESS) e segurança pública (SEG), destacaram-se também, os gastos com as funções administração (ADM) e comunicação (COM) com maior representatividade no ano eleitoral em relação ao ano anterior (2013) e posterior (2015).

Em anos eleitorais, nota-se que os gestores públicos tendem a aumentar os gastos com as funções de governo em relação aos anos anteriores e diminuir no ano seguinte, a fim de influenciar os resultados eleitorais. Contudo, os achados desta pesquisa, por ocasião dos anos das eleições sugerem manipulação na hipótese oportunista (ROGOFF, SIBERT, 1988; ROGOFF, 1990) nas funções segurança pública (SEG), agricultura (AGR), comércio e serviços (COS) e transporte (TRN) para o ano eleitoral de 2006; assistência social (ASS) e habitação (HAB) para o ano de 2010 e administração (ADM), segurança pública (SEG) e comunicações (COM) para o ano de 2014. Tais funções podem ser consideradas como de pretensões eleitorais.

A pesquisa de Sakurai (2009) apontou os ciclos políticos nas funções de habitação, transporte e assistência social também em municípios e Bittencourt (2002) apontou ciclos políticos nas funções agricultura, indústria, comércio e serviços, transportes, habitação, urbanismo e educação e cultura nos estados brasileiros.

As demais funções (judiciária – JUD e essencial à justiça - ESS), embora tenham sido aumentadas especificamente somente no ano das eleições podem inferir situações específicas e transitórias em ações de defesa de processos judiciais.

Estes achados evidenciam os preceitos da Teoria dos Ciclos Políticos e são convalidados com as pesquisas de Bittencourt (2002), Nakaguma e Bender (2010) e Araújo (2010), que também, identificaram elevação de despesas em períodos eleitorais nos estados brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da administração pública, o Estado tem um papel relevante no processo de planejamento e realização das atividades e ações governamentais para o desenvolvimento social e econômico da sociedade. Desse modo, torna-se imprescindível à participação dos cidadãos no controle social dos gastos executados pela administração pública.

A assimetria de informação existente entre cidadãos e os gestores sobre a administração pública, alinhado aos autointeresse destes, faz com que a sociedade não perceba comportamentos oportunistas dos governantes.

Para auxiliar a participação contínua da sociedade na gestão pública, esta pesquisa tem por objetivo avaliar o comportamento dos gastos estaduais e distrital na execução orçamentária da despesa por funções de governos com base na hipótese oportunista por ocasião dos anos das eleições de 2006, 2010 e 2014 (antes, durante e após as eleições).

Convém ressaltar como limitação desta investigação, apesar dos procedimentos adotados, que a confiabilidade dos dados da execução orçamentária da despesa por funções de governo está respaldada na disponibilização realizada pelo sítio eletrônico da Secretária do Tesouro Nacional (STN). Assim, os resultados observados por ocasião dos anos das eleições de 2006, 2010 e 2014, bem como antes e depois, são específicos para esta pesquisa, ou seja, não podem ser generalizados. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação dos períodos eleitorais e uma análise também por municípios e pela União.

A pesquisa contribui para o esclarecimento à sociedade acerca da utilização dos recursos públicos por ocasião dos anos das eleições (antes, durante e depois). Tal como, auxilia no processo de avaliação e possibilita maior participação dos cidadãos no monitoramento, controle e fiscalização social das atividades dos gestores governamentais dos estados e distrito federal.

Finalizando, conclui-se que durante o ano das eleições de 2006, os gastos com as funções de governo: segurança pública (SEG); agricultura (AGR); comércio e serviços (COS) e transporte (TRN) apresentaram maior representatividade no ano eleitoral em comparação ao ano anterior (2005) e posterior (2007) as eleições. No ano das eleições de 2010, foram as funções judiciária (JUD), essencial à justiça (ESS), assistência social (ASS) e habitação (HAB) e no ano das eleições de 2014, foram as funções judiciária (JUD), essencial à justiça (ESS), administração (ADM), segurança pública (SEG) e comunicação (COM).

REFERÊNCIAS

ALESINA, A. Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game. *Quarterly Journal of Economics*, v. 102, n. 3, p. 651-678, 1987.

ARAÚJO, J. M. **Relações entre economia e política: uma análise dos ciclos político-econômicos nos Estados brasileiros no período de 1995 a 2008**. 69f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

BITTENCOURT, J. L. **Evidências de ciclos políticos na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000**. 2002. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2002.

BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão (MPOG). Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de



função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 1999.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento(MTO)**. Edição 2017. Brasília, 2016.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Sobre Prefeituras e Governos Estaduais**. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/finbra-financas-municipais>>. Acesso em: 09 set. 2017.

CARVALHO, F. A.; OLIVEIRA, K. V. A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do Estado do Rio de Janeiro - 1998/2006. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Rio de Janeiro, v.3, n.1, art. 3, p.46-64, jan./abr. 2009.

CORREIA, F. M.; ZEMANN, G. G. Ciclos Político-Econômicos e Regras Fiscais em Municípios Paranaenses Seleccionados. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 36, n. 128, p. 101-115, 2015. ISSN 2236-5567. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/ojs3/index.php/revistaparanaense/article/view/752>>. Acesso em: 08 set. 2017.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Tradução de LoríViali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIONEDIS, E. M.; GUIMARAES, R. Ciclos Político-Econômicos: uma análise dos gastos públicos do Estado do Paraná entre 2003 e 2013. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 37, n. 131, p. 177-198, 2016.

HIBBS, D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American political science review**, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.

MARTINS, R. C. A. As teorias de ciclos políticos e o caso português. **Estudos do GEMF**, n. 5, p. 1-41, 2002.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MUSGRAVE, R. A. **The theory of public finance**: a study in public economy. New York: McGraw-Hill, 1959.

NAKAGUMA, M., BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.64, n. 1, p.3-24, jan/mar. 2010

NORDHAUS, W. The Political Business Cycle. **Review of Economic Studies**, New York, v. 42, p. 169-190, 1975.

PREUSSLER, A. P. S; PORTUGAL, M. S. Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. **Textos Para Discussão, n. 05, PPGE/Departamentode Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2002.

RIBAS, José Roberto; VIEIRA, Paulo Roberto da Costa. **Análise multivariada com o uso do SPSS**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

ROGOFF, K. Equilibrium Political Budget Cycles. **American Economic Review**, v.80, n. 1, p. 21-36, 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 – 2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

SAKURAI, S. N.; GREMAUD, A. P. Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001). **Economia Aplicada**, v. 11, n. 1, p. 27-54, 2007.

SILVA, M. C.; SILVA, J. D. G; BORGES, E. F. Análises de componentes principais para elaborar índices de desempenho no setor público. **Rev. Bras. Biom.**, São Paulo, v.33, n.3, p.291-309, 2015.

TIMM, N. H. **Applied multivariate analysis**. New York: Springer-Verlag, 2002.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**. v. 131, p. 45-64, 2007.

VERGNE, C. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**, v. 25, n. 1, p. 63-77, 2009.